

José Luís Cardoso
Nuno Gonçalo Monteiro
José Vicente Serrão

Introdução

Entre 1807 e 1811 Portugal foi invadido por três vezes pelos exércitos da França imperial, vendo-se assim envolvido nas Guerras Napoleónicas e em todo o turbilhão que estava prestes a subverter o quadro político, social e económico vigente na Europa e nas suas extensões ultramarinas. Também para Portugal e o seu império este foi um período crucial, sem dúvida um dos pontos de viragem mais dramáticos da sua história.

Uma sucessão de acontecimentos, directa ou indirectamente desencadeados pelas Invasões Francesas, iria a prazo levar ao colapso da velha ordem e mudar quase tudo. O monarca, a corte e a capital foram transferidos para o Brasil, um passo estratégico que salvaguardou a soberania portuguesa e, num primeiro momento, a integridade do império, mas que também obrigou a uma duplicação do governo e abriria o caminho para a independência da colónia. Entretanto, o território metropolitano era ocupado, transformado em campo de batalha para dois exércitos estrangeiros (o francês e o britânico) e largamente destruído, ao mesmo tempo que os portos brasileiros eram abertos ao comércio internacional e um novo e desfavorável tratado anglo-português era assinado em 1810. Por outro lado, e apesar da derrota militar das tropas invasoras francesas, o processo iniciado pela sua entrada em solo português acabaria por conduzir à difusão de uma nova ideologia e política liberal. Como resultado de tudo isto, o sistema colonial português desmoronou-se, o país mergulhou numa profunda crise económica e financeira, e entrou num período de acentuada convulsão política e social. Em suma, Portugal entrou naquilo que normalmente é designado como a *crise do Antigo Regime*.

A grande convulsão e as grandes mutações que se operavam ou se perspectivavam na Europa, uma Europa *Napoleónica*, constituem assim o pano de fundo no qual se insere e deve ser interpretada quer a profunda crise, quer os elementos de mudança que atingiram Portugal nas duas primeiras décadas do século XIX. Na época, Portugal não era apenas um pequeno reino de dimensão europeia. Era (ainda) a cabeça de uma monarquia que abrangia um vasto império ultramarino, no qual se destacava o território brasileiro. Se a história de Portugal não pode ser entendida fora do contexto europeu, igualmente o não pode ser fora do contexto imperial. O mesmo se deve dizer da história do Brasil, incompreensível se for colocada à margem das suas ligações, quer com a metrópole portuguesa, quer (numa relação mais ou menos mediatizada por esta) com a restante Europa.

Aliás, os próprios acontecimentos encarregaram-se de provar e de reforçar estas conexões. Com efeito, foi em larga medida por causa do Brasil que Napoleão se interessou por Portugal, ou que a Inglaterra se empenhou na defesa do seu território e da sua casa reinante contra a agressão francesa. Foi o Brasil que proporcionou uma sede alternativa para a corte portuguesa, e foi a transferência desta para aquele território que criou as condições para a forma singular como se deu a sua separação e independência, muito diversa da restante América ibérica. O que, por seu turno, ao comprometer uma das traves-mestras do sistema português de Antigo Regime, precipitou a sua derrocada, abrindo no entanto a porta para mudanças radicais.

Portugal, Brasil e Europa Napoleónica – estão assim definidos os termos de um triângulo, geopolítico e geoeconómico, que dá sentido à proposta analítica em que assenta este livro e que constitui o fio condutor das múltiplas contribuições que o incorporam. Trata-se aqui, portanto, de revisitar o tempo das Invasões Francesas e o tema forte da crise do Antigo Regime português. Porém, a partir de uma abordagem duplamente inovadora. Por um lado, recolocando os problemas para além do estrito quadro nacional e convocando para a sua interpretação duas outras dimensões imprescindíveis: a dimensão europeia e a dimensão atlântica. Por outro lado, reavaliando a questão à luz do binómio crise-mudança, fugindo desse modo ao preconceito de uma visão antecipadamente negativa. É nisto que, quanto ao essencial, consiste este livro.

Para um melhor desenvolvimento das questões em análise, o livro encontra-se organizado em quatro partes. A primeira situa os problemas num contexto internacional e de relações internacionais. A segunda observa-os sob uma perspectiva predominantemente política e institucional. A terceira privilegia questões de ordem social e económica. A quarta parte tem uma perspectiva mais cultural, incidindo sobre discursos e representações.

De acordo com esta lógica de arrumação, o texto inicial, assinado por Jacques-Olivier Boudon, enquadra o caso português no cenário europeu, traçando em grandes linhas a geografia dos conflitos e pondo em relevo a consolidação do projecto imperial napoleónico no continente, sobretudo depois de estabelecida a paz com a Prússia e a Rússia (Tilsit, Julho de 1807). Só então Napoleão sentiu criadas as condições para finalmente intervir na Península Ibérica, onde, além de tudo o mais, procurava consumir o Bloqueio Continental, ou seja, o fechamento de todos os portos e todos os mercados da Europa continental à navegação e ao comércio britânicos, tal como o havia decretado em Novembro de 1806. No caso português, esse foi mesmo o pretexto oficialmente declarado para a invasão do território. O Bloqueio Continental era assim a peça que faltava na estratégia hegemónica de Napoleão, não só porque visava dar alguma espécie de integração económica ao amplo espaço continental que já se encontrava sob o seu domínio militar e político imperial, mas sobretudo porque acreditava ser essa a principal arma para derrotar o último dos seus grandes rivais europeus, contra o qual pretendia concentrar finalmente os seus desígnios hegemónicos.

O projecto, todavia, revelar-se-ia um fracasso nos seus objectivos últimos. Não só não conduziu à derrota militar da Grã-Bretanha, como se revelou menos prejudicial do ponto de vista económico para esta do que para a França. Ao Bloqueio Continental imposto pelos franceses, responderam os ingleses com aquilo a que José Luís Cardoso chama um «desbloqueio marítimo», ou seja, com o reforço do controlo sobre o Atlântico, graças à superioridade das suas forças navais. Foi, aliás, no âmbito desta estratégia, simultaneamente defensiva e contra-ofensiva, que o império português, e o Brasil em particular, vieram a assumir um papel de relevo na conservação do essencial dos interesses britânicos. Pelo caminho, é certo, criaram-se as condições para a independência do Brasil e para o colapso do império português nos termos em que este

então assentava, mas esse é o outro lado, ou os outros lados, desta história.

Numa Europa mergulhada no conflito e num processo de profunda alteração dos seus equilíbrios políticos e económicos, vale a pena observar, entretanto, as manobras do jogo diplomático. É o que fazem Miguel Cruz e Ana Leal de Faria nos seus textos. Fugindo às análises mais clássicas, que geralmente se concentram nas relações de Portugal com as potências que mais de perto condicionavam os seus interesses, estes autores estudam o relacionamento do país com áreas que poderíamos chamar secundárias – os países escandinavos e a Prússia – mas que a diplomacia portuguesa então explorou com vista a criar alternativas ou a aproveitar novas oportunidades.

O sucesso dessas tentativas foi, é certo, bastante limitado. O que em parte se explica (não só nesses casos como também, e por maioria de razão, no que se referia às relações com as potências dominantes) pela indefinição ou pelas divergências que então atravessavam o governo e a elite dirigente portuguesa em matéria de política externa. Mas também valha a verdade que, de uma forma geral, nestes tempos conturbados da política europeia nos inícios de Oitocentos, as coisas acabaram por se decidir muito mais pelos desequilíbrios de força militar, ou seja, pela guerra, do que pela diplomacia. Guerra na qual Portugal acabaria por se ver directamente envolvido a partir de Novembro de 1807 com a primeira invasão militar francesa. Essa invasão, que Napoleão entretanto complementaria com a ocupação de Espanha e a destituição da sua família real, teve como resposta o desembarque de tropas inglesas no território português e deu início a uma guerra que se viria a generalizar a toda a Península, prolongando-se, com os seus intervalos, até 1814. Reveste-se de interesse, por isso mesmo, comparar o modo como em ambos os países ibéricos foi vivido esse período de ocupação estrangeira, de resistência e de conflito militar (em termos mais convencionais ou menos). É o que faz Moliner Prada em «O olhar mútuo: Portugal e Espanha na Guerra Peninsular (1807-1814)», texto que encerra a primeira parte deste livro.

Para Portugal e o seu império, uma das consequências mais extraordinárias e mais marcantes das Invasões Francesas foi a transferência da capital política para o Brasil e, por via disso, toda a reconstrução dos espaços políticos da monarquia portuguesa. Nos seus traços essenciais, a história é conhecida. Com os exércitos

franceses às portas de Lisboa, o monarca, o governo e a corte transferiram-se para o Brasil, num movimento há muito planeado mas sem precedentes na história europeia. No Reino foi deixada uma espécie de governo de gestão que, nas suas diversas modalidades e composição, se manteria em funções até ao regresso do rei em 1821. No Brasil, para agilizar o processo governativo, foi necessário ir criando novos órgãos que, até certo ponto, representavam uma duplicação da estrutura política e institucional da monarquia. A própria colónia veria o seu estatuto constitucional reforçado, com a elevação a «reino» (unido) em 1815. Para além de tudo isto, Portugal e Brasil viveram os tempos de incerteza e de mudança política que afectaram o conjunto da Europa e das Américas, com todo o cortejo de intensos debates político-ideológicos, desagregação e recomposição de estados, realinhamento dos equilíbrios geopolíticos, revoluções e independências.

Perante o quadro geral assim traçado, o que os textos reunidos na segunda secção deste livro fazem é analisar na especialidade alguns dos aspectos menos conhecidos desta nova realidade política e institucional. Tem no entanto um carácter um pouco diferente, e por isso vai em primeiro lugar, o trabalho de Mendo Castro Henriques, onde o autor, centrando-se no, sempre discutido e controverso, comportamento de D. João VI, faz uma avaliação de conjunto do significado político de todo este período. Reinterpretando a trajectória e o pensamento político do monarca, define-o como o arquétipo da transição, operando entre duas vagas de ideias políticas (o Antigo Regime e o liberalismo) e procurando o compromisso entre ambas, sem aderir a nenhuma em particular.

É também de análise do discurso e das ideias políticas que se trata no estudo que Lúcia Pereira das Neves dedica a Vicente José Cardoso da Costa, um conhecido magistrado que em 1810 foi deportado para os Açores, acusado de simpatias afrancesadas, no âmbito da denominada *Setembrizada*. A autora ocupa-se sobretudo de um notável escrito de teoria política que Cardoso da Costa escreveu sobre aquilo a que o próprio chamou a «revolução oclocrática» (*i. e.*, o governo da multidão ou do povo amotinado) ocorrida em Portugal depois de Junho de 1808. É um texto onde se revela o pensamento político do seu autor, muito crítico da governação da metrópole, mas onde ao mesmo tempo se evocam algumas das realidades políticas da época (o colaboracionismo, a perseguição aos afrancesados, a força dos boatos, os comporta-

mentos populares, a indefinição do centro político, o problema da sua legitimidade, etc.).

Sobre essa governação do reino metropolitano leia-se o trabalho de Ana Canas, onde, a partir do caso concreto de um dos governadores com maior longevidade no cargo, Miguel Pereira Forjaz, se analisam com especial evidência documental os problemas da decisão política, das intrigas internas e das pressões externas, da comunicação e da duplicação de funções entre os governos de Lisboa e do Rio. Por seu turno, o caso particular dos Açores – situados geograficamente entre Portugal e o Brasil, e politicamente entre o reino e o império – é aqui objecto de atenção detalhada em dois trabalhos, assinados respectivamente por Damião Rodrigues e Madrugada da Costa, e por Guilherme P. das Neves.

Entretanto, no Conselho Militar e de Justiça, estudado por Adriana Barreto de Sousa, encontramos um bom exemplo das novas instituições criadas do outro lado do Atlântico após a instalação do governo régio no Rio. Num registo diferente, também as instituições científicas fizeram o seu trânsito transatlântico, como se evidencia nos exemplos seleccionados por Fátima Nunes. Duas outras instituições de origem reinícola foram igualmente replicadas no Rio de Janeiro: a Intendência Geral da Polícia e a Imprensa Régia. Na respectiva documentação se baseia Beatriz Nizza da Silva para estudar o modo como no Brasil se vivenciaram, e se procuraram mitigar, os vários «perigos» de um mundo em acelerada mudança, fossem eles os ideais revolucionários franceses, os projectos independentistas das colónias americanas ou as ambições neocoloniais do governo e dos comerciantes britânicos. Finalmente, e a encerrar esta secção, um texto mais abrangente de Maria de Fátima Gouvêa sobre o significado e o impacto da transferência da corte imperial para o Rio de Janeiro. Centrando a sua análise na cultura política e nas dinâmicas desta nova sociedade de corte, no processo de criação de uma alta administração e no problema dos abastecimentos à nova capital, a autora sustenta que aquela transferência estabeleceu paradoxos fundadores de um novo tempo no interior do mundo português de então.¹

¹ Os coordenadores deste volume prestam aqui a sua sentida homenagem à colega e amiga Maria de Fátima da Silva Gouvêa, professora da Universidade Federal Fluminense, falecida em Lisboa pouco tempo depois de ter apresentado a comunicação que serviu de base ao texto que aqui se publica.

Trata-se, de algum modo, de um texto que abre o caminho, e assim faz a ponte, para o conjunto de estudos que preenchem a terceira parte deste livro, mais centrados sobre as dimensões sociais e económicas da nova realidade luso-brasileira. Nuno Gonçalo Monteiro, preocupado com a circulação e as modalidades de integração das elites no sistema político de Antigo Regime, estuda comparativamente (antes e depois de 1808) a relação entre as elites de corte e as elites do Brasil. Aprofundando uma das vertentes desta comparação, Santiago Silva Andrade analisa especificamente a composição, recrutamento e modo de funcionamento da casa real portuguesa durante o período da sua estadia em território brasileiro.

Num outro plano, os trabalhos de Ronald Raminelli e Vânia Moreira debruçam-se mais propriamente sobre questões de natureza étnica. O primeiro analisa as propostas do médico Soares Franco que, nas vésperas da independência brasileira, advogava uma política racial para a colónia que, em última análise, visava diminuir a população negra e aumentar a população branca, na qual incluía índios, mestiços e europeus, cuja imigração devia ser incentivada. Vânia Moreira, por seu turno, trata da guerra iniciada, ainda em 1808, contra os índios botocudos do Rio Doce, destacando as relações interétnicas constituídas no palco da guerra e o seu papel na formulação da nova e futura política indigenista brasileira – um dos temas que actualmente concitam maior interesse entre a historiografia do e sobre o Brasil. Aquela guerra esteve, na sua origem, relacionada com a resistência dos índios à ocupação das suas terras através da distribuição de sesmarias aos novos colonos. Ora, é precisamente sobre todo o processo de ocupação da terra e concessão de sesmarias, revitalizado após a chegada da corte ao Brasil para responder às novas dinâmicas sociais e económicas, e sobre os conflitos que esses processos geraram, que se desenvolve o estudo de Márcia Motta. A concluir a terceira parte deste volume, segue-se um texto com maior incidência económica, no qual Tereza Kirschner analisa a formação e o desempenho da nova Junta do Comércio, criada no Rio logo em 1808, com especial destaque para o seu papel na definição e execução de uma política industrial para a colónia.

Por fim, a quarta e última parte deste livro, que leva por título «Entre memória e representação», foca-se especialmente nas imagens e nos discursos produzidos no contexto das Invasões

Francesas, e na interpretação dos seus significados. Jacqueline Hermann discute o ressurgimento das ideias sebastianistas em Portugal naquela conjuntura de guerra, de ausência do rei, de insegurança e de contradições ideológicas. Sofia Geraldês analisa aquilo a que chama a «guerra das cartas», uma intensa proliferação de impressos avulsos então postos a circular para efeitos de propaganda (pró e antifrancesa). Charles Esdaile explora um largo volume de cartas, memórias e diários de soldados e outros membros das forças britânicas que serviram na Guerra Peninsular, para daí extrair o testemunho, e muitos dos preconceitos, que eles deixaram sobre o país e o povo. Finalmente, e num outro registo, que todavia serve de memória a este tempo, Érika Dias apresenta uma útil descrição da documentação desta época referente ao Brasil, guardada no Arquivo Histórico Ultramarino, e das suas potencialidades.

Exposto assim sumariamente o conteúdo e a organização dos textos publicados, deve advertir-se que este livro não constitui uma resposta de síntese à variedade de questões que se podem formular a propósito de um período tão crucial da história de Portugal, do Brasil e da Europa. Não é esse o seu propósito nem tal se poderia esperar de uma obra que reúne contribuições individuais de duas dezenas e meia de autores. Como todas as obras colectivas, de resto, este livro é um espelho de diversidade. Diversidade de temas, de perspectivas, de metodologias, e mesmo de estilos literários. O desafio lançado aos autores, e, na prática, o único requisito exigido pelos organizadores, foi o de abordarem um qualquer aspecto do complexo quadro temático em apreço a partir de uma perspectiva original e inovadora, fosse pela utilização de fontes menos comuns, fosse pela adopção de novas perspectivas metodológicas.

Na sua origem, os textos aqui reunidos tiveram a sua primeira apresentação pública num colóquio realizado em Lisboa, em Dezembro de 2008, promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Posteriormente, foram revistos pelos autores, objecto de avaliação e selecção científica por pares, e novamente revistos em função das sugestões recebidas e de outros critérios editoriais. O resultado é um notável conjunto de textos originais, escritos de modo a serem lidos por todos os públicos, sem no entanto abdicarem dos padrões de exigência habituais no meio académico.

Mas aquilo que provavelmente confere maior originalidade a este volume é o facto de nele convergirem perspectivas histórica e geograficamente diferenciadas sobre problemas comuns. Se, por um lado, isso traduz de forma clara o renovado impulso nas relações entre as historiografias portuguesa e brasileira verificado na última década, também é, por outro lado, aquilo que melhor faz jus à própria História. Na verdade, se, para Portugal, este é um tempo em que predominam palavras como «guerra», «crise» ou «colapso», para o Brasil, em contrapartida, é um período alegre e com um claro sinal positivo. A colónia recebeu o monarca e a corte, foi promovida a reino, tornou-se a capital de um império, viu a sua economia dinamizada e assistiu à criação de condições para uma transformação bem sucedida em nação independente. São, afinal, as duas faces de uma história que tem por pano de fundo uma Europa em efervescência mas também em acelerada mudança.

Resta-nos, enquanto organizadores, expressar o nosso agradecimento a todos aqueles que tornaram possível a edição deste livro. Em primeiro lugar, aos autores, pelo seu interesse e disponibilidade para integrarem este projecto com as suas contribuições originais. Depois, aos muitos consultores anónimos, que forneceram juízos críticos sobre primeiras versões dos textos, e assim contribuíram para o seu aperfeiçoamento. Uma menção especial de agradecimento, ainda, para Constança Cabral e Daniel Ferreira, que deram um importante contributo na revisão e no apoio técnico e de secretariado. Por fim, compete-nos agradecer à Imprensa de Ciências Sociais e à sua directora, Cristiana Bastos, o acolhimento dado a esta iniciativa assim como a oportunidade de conhecermos o parecer circunstanciado e rigoroso de um relator anónimo que, com os seus comentários e sugestões de revisão, contribuiu decisivamente para a melhoria do produto final aqui apresentado. Esperamos que dele resulte um olhar diferente e mais reflexivo sobre um tempo decisivo da história portuguesa, brasileira e europeia.